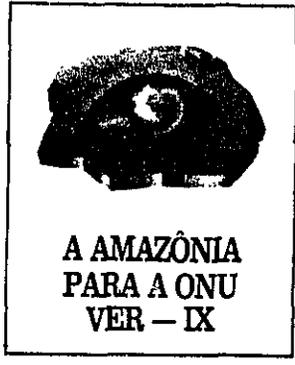


152
1011
4468
7626

PACTO AMAZÔNICO- O BRASIL SEMPRE BUSCOU A INTEGRAÇÃO

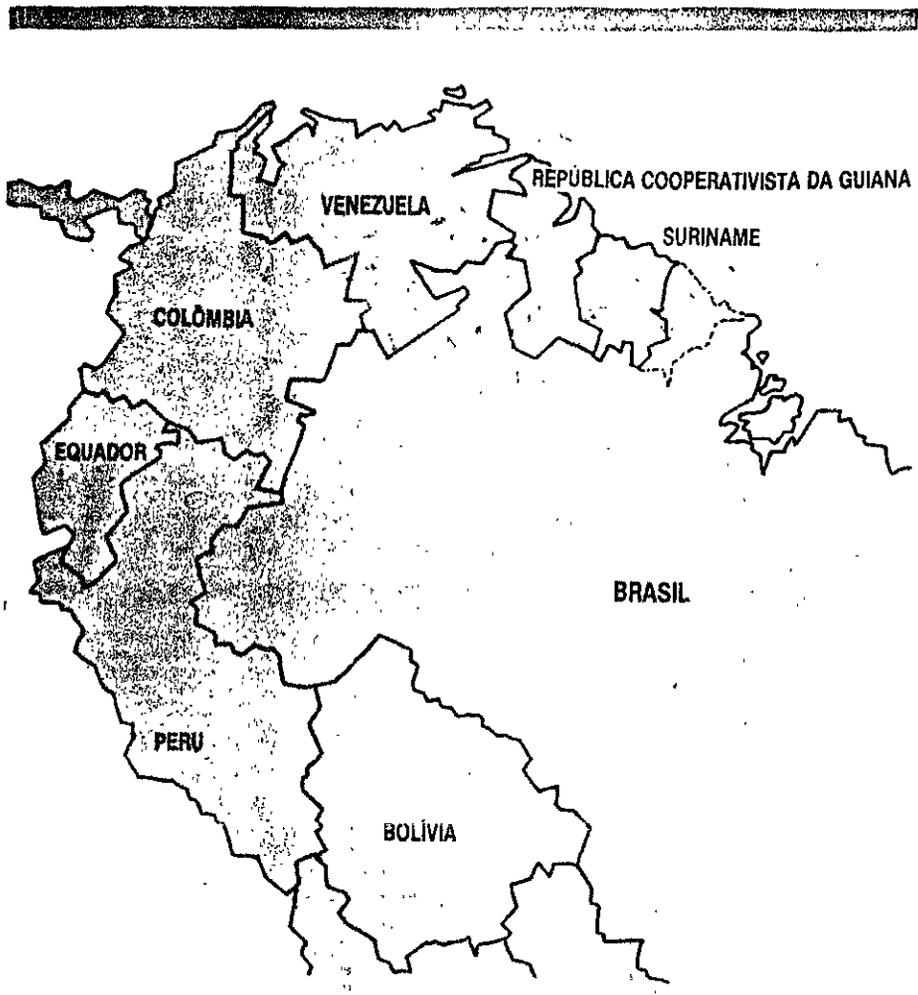


A AMAZÔNIA
PARA A ONU
VER - IX

Roberto Gueudevill

A cobliça Internacional sobre a Amazônia vem-se desenvolvendo ao longo dos séculos, mudando sua tonalidade e estratégia de ação. Lembremos da Guerra de Secassão, nos Estados Unidos, quando se propôs, a sério, em seu término, transferir todos os escravos libertados para a região. Vale lembrar o professor Armando Mendes, um dos estudiosos do assunto: — Não há muito tempo, em livro traduzido para o português, o eminente economista Kenneth Boulding, referiu-se com a maior tranqüilidade (vivia-se então o auge do problema asiático) à possibilidade de transferir até 200 milhões de asiáticos de diversos países, Vietnã, Coréia etc. para a Amazônia. Ele apenas abandonou a idéia não pelos aspectos éticos ou políticos, mas pelo fato de que essa transferência teria um custo proibitivo.

"O exemplo mais eminente dos delírios da imaginação, relativamente à Amazônia — continua Armando Mendes — e à revelia dos países amazônicos, é o da tentativa de criação de um sistema de grandes lagos na Amazônia. Na verdade, era apenas um em conjunto de sete grandes lagos, assim distribuídos: dois na Colômbia, na região de Chicó; um no rio Caquetá, ainda na Colômbia (o rio Caquetá, quando entra no território brasileiro, toma o nome de Japurá); outro na região do Pimichim, permitindo uma ligação alternativa da Bacia do Orenoco com a Bacia do Amazonas, em substituição à velha proposta do canal Cassiquiare, em território venezuelano; outro, na região do rio Ucayali, o Peru; o sexto, no Guaporé-Mamoré, na Bolívia e, finalmente, em termos apoteóticos, o Grande Lago do Amazonas ou Mar Mediterrâneo do Amazonas".



Mapa do Brasil com seus parceiros do Pacto Amazônico — Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, República Cooperativista da Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Obs: A Guiana Francesa não faz parte devido à sua condição de dependência política.

↓

— Em resumo, a sugestão do Hudson Institute, dirigido pelo famoso futurólogo Herman Kahn, *Resumo por Roberto Pinheiro e outros, em no sentido de que, em algum ponto da região fisiográfica do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, se construisse uma barragem de terra com cerca de 10 a 30 km de extensão, com 30 metros de altura, que permitiria represar as águas do Rio Amazonas e gerar o que eles chamam de Grande Lago, que seria, inicialmente, uma imensa inundação de cerca de 500 mil km², algo cômico à superfície territorial total da França ou da Espanha. Posteriormente, conclui Amando Mendes, pela própria colmatagem produzida pela matéria em suspensão nas águas do rio, essa superfície seria reduzida a cerca de 240 mil km². Isto geraria um aproveitamento do potencial hidroelétrico da ordem de 70 mil megawatts ou 70 milhões de quilowatts.*

Sobre esse assunto é válido ressaltar que nos tempos pré-históricos o rio Amazonas corria de leste para oeste, inversamente ao que existe hoje e que a Idéia do grande lago foi lançada inicialmente por um brasileiro, o engenheiro Eudes Prado Lopes, da Petrobrás e assumida, logo após pelo agrônomo e famoso cientista brasileiro Felisberto Camargo, por muitos anos diretor do Instituto Agronômico do Norte. Hoje, esse projeto faria submergir algumas cidades como Santarém, Óbidos, Alenquer, Faro, Itacoatiara, Parintins, Maués e outras, expulsando mais de dois milhões de pessoas. Seria o caos...

Integração e desintegração — Bem antes, entretanto, do lançamento do Tratado de Cooperação Amazônica mais conhecido como "Pacto Amazônico", em 03 de junho de 1978, no Governo Geisel, com a participação de Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, República Cooperativista da Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, o Brasil sempre assumiu medidas integracionistas e de cooperação com as nações amigas. Senão vejamos: em 1868 o Governo Imperial permitiu a internacionalização da navegação do rio Amazonas; mais tarde, com o Tratado de Petrópolis, a 17 novembro de 1903, o governo Rodrigues Alves beneficiou a Bolívia com a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Outro projeto característico da nossa política inteligente é o "Via Interoceânica", hoje pronto, ferroad-hidroviário. Sal de Puerto San Lorenzo a Quito, por ferrovia; segue em rodovia a Puerto Putumayo até o rio Içá, já fronteira com o Estado do Amazonas, atingindo Manaus e Belém, por hidrovia. Daí entra na malha rodoviária brasileira para Venezuela, Georgetown, para Transamazônica ou Pucallpa, no Peru. Esse sistema constitui, na verdade, uma das grandes soluções para abertura de mercado à nossa Zona Franca de Manaus, possibilitando-lhe extraordinário fôlego na área de exportação, até hoje vítima de grandes estrangulamentos.

Com a crise da borracha, em 1912, expulsão do mercado internacional pela concorrência da borracha produzida no Extremo Oriente (levada por botânicos ingleses. O Brasil se vingou, mais tarde, com os japoneses trazendo do Oriente a pimenta do reino, instalando-se em Tomé Açú, no Pará, com bem menor abrangência) o governo Hermes da Fonseca criou a primeira superintendência regional, a Superintendência de Defesa da Borracha. Não deu certo. Outras medidas tomadas em benefício de valorização da região e mesmo de sua integração à economia do próprio

pais, a partir de 1946 criou-se o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia (governos federal, estaduais e municipais da região destinariam três por cento de suas receitas tributárias, durante pelo menos vinte anos, ao desenvolvimento da região).

Esse plano, a partir de Janeiro de 1963, passaria a ser administrado pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA, precursora da atual Sudam. Por sua vez o antigo Banco de Crédito da Borracha passou a Banco de Crédito da Amazônia e hoje, Banco da Amazônia S.A. A política da borracha foi reformulada em 1967 e pouco antes criou-se a "Operação Amazônia", a "OPA", no governo Castelo Branco Surgiu também o programa de valorização dos seringais, Probor I, II, III etc. etc. O processo de corrupção foi tão violento, de quem dava e de quem recebia os financiamentos que o projeto está completamente desmoralizado. Um seringueiro acreano, hoje, para comprar uma lata de leite em pó tem que produzir dez quilos de borracha. Note-se que a borracha (látex) do Acre é a de melhor qualidade, em toda a Amazônia. A borracha da Malásia nos chega mais barata que a produzida na Amazônia. Enquanto isso São Paulo está se preparando para ser o nosso maior produtor de borracha plantada. Entendo que a absoluta falência de nossa borracha na Amazônia deve ser considerada um fato que nos envergonha e certamente muitos deveriam estar na cadeia, pelos crimes cometidos. Mas .

De positivo, entretanto, veio o Projeto Radam que é considerado por alguns cientistas tão importante como o fato de o homem ter

Não serão os americanos ou os europeus que encontrarão a chave da civilização nos trópicos.

pousado na lua. Realmente o projeto sinaliza importantes caminhos para quem se decide a investir na Amazônia.

Colonização errada — Com o advento da Sudam e na época do chamado "milagre brasileiro" só se pensava em obras grandiosas, os petrodólares sobravam, tempo em que dinheiro virou banana. O Brasil criou uma importante estrutura industrial mas cometeu pecados em sua economia. Um deles foi o sistema de colonização implantado na Amazônia, quando o então ple. Médici, em visita ao Nordeste, em violenta seca, determinou ao seu ministro Mário Andreazza que desse uma

Delírios da imaginação à revelia dos países amazônicos

solução urgente ao problema: liberá-los da miséria, encaminhando-os à floresta. O processo, passional de início e mal formulado, nem resolveu o problema da miséria nordestina e nem colonizou a Amazônia do modo correto. Em vez de implantar o já então conhecido sistema agrollorestal (o enriquecimento da floresta com essências de valor comercial e, conseqüentemente, seu adensamento) veio o Incra, estabelecendo uma reforma agrária incompetente e paternalista. Derrubaram e queimaram quarenta milhões de hectares que ainda podem ser recuperados se o governo Collor resolver assumir a vontade política de reflorestá-lo, com a iniciativa privada, do modo correto que conhecemos. Aprendemos que a vocação da floresta não é o boi. Abriam a região aos gaúchos, tradicionalmente homens habituados às monoculturas trabalhadas com máquinas agrícolas; abriram a região aos paranaenses, conhecidos tradicionais machadeiros, derrubadores de pau. Agora, Rondônia já perdeu vinte por cento de sua proteção florestal e o norte de Mato Grosso e sul do Pará estão repletos de problemas sociais sérios onde a violência impera. Uma integração errada que vem gerando conflitos profundamente estúpidos e irracionais pelo poder da terra. E esse ambiente explosivo ainda contém um ingrediente terrivelmente preocupante e complicador que é a presença da Igreja chamada progressista, com uma posição política clara e atuante em defesa das invasões dos chamados sem terra. O problema, afinal, deixa transparecer uma profunda incompetência de governo.

Pacto Amazônico — O tratado de Cooperação Amazônica, pela sua estrutura, não beneficia, ainda, a economia da Amazônia, diferentemente do nosso tratado com o Cone Sul, porque ele é mais um tratado geográfico que envolve mais os aspectos de transporte e navegação. Por isso os países mais beneficiados pelo mesmo são aqueles que constituem o chamado Grupo Andino. Entretanto a diplomacia amazônica se diversifica e muda de natureza, frutifica com acordos objetivos. Façamos uma pequena análise entre Brasil e os companheiros do Pacto: com a Bolívia, o único país sul-americano que participa, ao mesmo tempo, dos três grandes sistemas continentais, a Amazônia, o Prata e os Andes. O mais importante programa de integração bilateral com a Bolívia é o acordo do gás que, se não houver atropelos, até o final do governo Collor estará implantado. Temos com os bolivianos o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Tratado sobre Vinculação Rodoviária e a Ata de Rio Branco, em

tre os ministros de Transporte do Brasil, Bolívia e Peru reiterando o interesse Internacional da rodovia Lima-Pucallpa-Cruzeiro do Sul-Brasília e da conexão Rio Branco-Cobija-La Paz, na Bolívia.

O Peru tem metade de seu território dentro da Bacia Amazônica e tem seguido política perseverante de valorização econômica do que chama de Zona de Selva. Iquitos constitui o maior centro urbano amazônico, fora do território brasileiro. É com aquele país que reside o mais importante projeto político-econômico para o Brasil, em sua costa oeste, ou seja, a tão decantada saída para o Pacífico, tema de nossa próxima matéria. Um dos acordos de maior potencial assinados com o Peru é o de fornecimento de produtos a prazo médio, que prevê a importação de cobre e zinco e a venda de soja e milho. Dentre os catorze acordos importantes estão a criação de uma subcomissão mista para a Amazônia, vários atos sobre transporte fluvial e navegação em rios amazônicos, sobre depósito franco para o Peru, em Belém. Já importamos, também, petróleo peruano, pelo rio, para abastecer a refinaria de Manaus.

Além da saída para o Pacífico, por terras peruanas, aquele país detém uma importante tecnologia de implantação de sistema agroflorestal, mais avançada que o Brasil, onde um colono, na floresta, tem uma renda média anual de cinco mil dólares. Em toda a história internacional é o método mais sério, prático, rentável e protetor do meio ambiente que se tem notícia. A região de Tamshiyaco é detentora desse processo. No Brasil temos o exemplo dos Índios Tembés, no Pará, com

A pesquisa em comum talvez venha a ser uma das grandes metas justificadoras do Pacto Amazônico.

aproveitamento integral da floresta mais com bloqueio de ordem comercial para seus produtos. Nas proximidades de Paragominas, também no Pará, existe um trabalho sério que se aproxima de Tamshiyaco.

Com o Equador o Brasil desenvolve o mais antigo projeto de integração bilateral, em termos de ligação do sistema amazônico ao Pacífico. Trata-se da Via Interoceânica, que vincula Manaus ao porto equatoriano de San Lorenzo, projeto ferro-rodoviário, usando o rio Igá, no Estado do Amazonas. O Brasil faz trocas com o Equador, de petróleo por bens industriais e de serviços.

Na Colômbia, seu dinamismo demográfico poderá levá-la à posição de segunda nação mais populosa da América do Sul. É parceira do Brasil em uma das iniciativas mais originais e criadoras em matéria de complementação econômica. Trata-se do acordo de prospecção de carvão coqueificável, que permitirá à Colômbia por um exploração suas jazidas carboníferas e oferecer ao Brasil maior diversificação nas suas fontes supridoras de carvão siderúrgico. Mantemos acordos de cooperação técnica, conservação de fauna e flora amazônicas e de cooperação sanitária para a região. A Petrobrás vem perfurando poços com sucesso, naquele país, especialmente na zona do Magdalena. Aspecto negativo com a Colômbia, além do narcotráfico é a presença de guerrilheiros na fronteira, possivelmente do grupo "Sendero Luminoso", segundo o cel Pamplona, cmr do Batalhão de Fronteira, em Tabatinga. O governo colombiano nega.

Nossa fronteira com a Venezuela se estende por 1.800 km e a região contígua ao Brasil, a Guiana venezuelana, cobre quase 48% do país vizinho. Desde a década de 60 a região tem sido objeto de um sistemático programa de implantação de indústria pesada de base, a cargo da Corporação Venezuelana da Guiana, com excelentes resultados. O pólo de Ciudad Bolívar já ultrapassou meio milhão de habitantes e ali funciona indústrias de aço, alumínio, cimento, estanho, de polpa, de vidro, sem falar na imensa usina hidrelétrica de Gurí que contou com a presença, em sua construção, da Camargo Correa. Os venezuelanos já há alguns anos levaram seu sistema rodoviário à fronteira com o Brasil, completando assim a ligação com a estrada Manaus-Caracará-Boa Vista. O Irálego é intenso, gerado principalmente pela importação de madeira do Brasil. Esse aspecto não nos é muito confortável porque a legislação venezuelana enquanto protege sua flora empobrece a nossa. É só ver o que aconteceu com a cerejeira, em Rondônia. Um dos processos de depredação mais perversos de que se tem notícia. É o que podemos chamar de processo de desintegração bilateral. O peso mais forte, entretanto, nos negócios entre os dois países ainda é o petróleo.

Com a República da Guiana e o Suriname os tratados são mais recentes e caminham de acordo com a fragilidade de seus processos político e econômicos.

Trópico úmido — Em "Valores e Rumos do Mundo Ocidental", seminário realizado pela Câmara dos Deputados em final da década de 70, um dos conferencistas, o diplomata Rubens Ricupero, então chefe da Divisão da América Mendional — Il assim se pronunciava, com referência ao Pacto Amazônico: — O Pacto terá que funcionar como catalisador, despertando interesse, precipitando prioridades, gerando projetos de cooperação.

Sobre as dificuldades, tecu com objetividade: "Tomando hoje o lugar das antigas Companhias de Comércio do Brasil ou das Índias, as grandes potências industriais exercem sobre as nações em desenvolvimento força de atração tão avassaladora que anulam a capacidade dessas nações de gravitarem em torno umas das outras. As relações verticais no sentido Norte-Sul se fortalecem desmesuradamente em detrimento das horizontais, criando-se, entre os países em desenvolvimento, distâncias artificiais, mesmo que eles sejam fisicamente contíguos, como ocorre na Amazônia.

E frisa, acertadamente: — Para romper a camisa-de-força desses condicionamentos, é preciso que um país, como o Brasil, se decida a gerar áreas de convergência no interior do mundo não-industrializado, aproveitando seu estágio intermediário e, no caso dos países amazônicos, fazendo de uma relativa fraqueza — a energética — a força de aglutinação de projetos complementares como os do gás com a Bolívia, o do carvão com a Colômbia, o do petróleo com a Venezuela e Equador.

Ricupero lembra ainda que todos nós somos herdeiros da mesma subordinação ao eixo Norte-Sul da diplomacia. "No tempo da colônia, o clima monopolizador das metrópoles interditava o comércio e qualquer outra relação cultural ou política entre as diversas jurisdições das terras americanas. Desse período ficaram-nos vícios estruturais que inibem até hoje uma maior aproximação".

É por tudo isso que Armando Mendes escreveu "A Invenção da Amazônia", sobre o qual fala Ricupero: "Essa diplomacia do projeto é a que melhor convém a uma situação de fronteira, onde não valem os métodos de outras terras e tudo tem que ser reaprendido e reinventado. Essa tarefa essencial ninguém a fará por nós. A solução tecnológica não nos será vendida ou apresentada pelos países desenvolvidos. Ecologicamente ligados a outros climas, não serão os americanos ou os europeus que vão de encontrar a chave da civilização nos trópicos. Cabe a nós essa busca, através de projetos com o dos Trópicos Úmidos. Nesse sentido, a pesquisa em comum talvez venha a ser uma das grandes metas justificadoras do pacto Amazônico", concluiu.

Sem que seu pensamento cheire a qualquer profecia, sem dúvida, o grande elo de ligação entre todos nós, amazônicos, é o banco genético da maior floresta tropical do mundo. Se todos os países do Pacto estimularem sua diplomacia, certamente aprenderemos a "vender" inteligentemente esse produto que somente nós temos, porque é no Banco Genético que reside boa parte da solução de problemas e agruras do primeiro mundo. Afinal, é muito mais fácil instalar um laboratório em cada grande rio da Híberia de Humboldt, para as devidas pesquisas, mediante convênios sérios com todos os países desenvolvidos do que enviar quinhentos mil soldados a lutar no deserto, numa guerra inglória, torrando um bilhão de dólares por dia.

Próxima Reportagem:
**RODOVIA VAI
DESPERTAR O 5º. "TIGRE"
NA ECONOMIA MUNDIAL**